

Fraternidade e Populismo na história da América Latina. Ideias, debates, perspectivas.

Oswaldo Barreneche¹

RESUMEN: Por que vincular fraternidade com populismo? O populismo latino-americano é um fenômeno histórico com projeções e incidências na política contemporânea da região. Compreende uma variedade de temas que abarcam perspectivas muito variadas que não só se referem ao político, econômico e social, mas que se projetam em direção a um horizonte cultural de compreensão. Produziu e produz uma considerável bibliografia que, além disso, se entrelaça com as pesquisas sobre populismo em outras partes do mundo. Precisamente porque este tema é tão importante, ao menos para o caso da América Latina, o estudo da fraternidade pode brindar uma perspectiva diferente ao interceptar esta problemática, apontando outro olhar possível para ajudar a entendê-la. Este é então o propósito do ensaio: partir dos estudos existentes sobre populismo latino-americano com uma perspectiva histórica, com projeção contemporânea, para em seguida introduzir a fraternidade e analisar que contribuições, se é o caso, pode fazer esta a aquele.

PALABRAS-CLAVE: Fraternidade ; Populismo ; America Latina ; Historia.

Em uma antologia de artigos e ensaios sobre *Populismo e Neopopulismo na América Latina*, e citando palavras de J. B. Allock, os compiladores descrevem este termo como preso pelo *complexo da Cinderela*. Existe um “sapato” denominado populismo ao qual corresponde exatamente um “pé”, que o espera em algum lugar. Há vários pés nos quais esse sapato parece caber perfeitamente, mas não. Todos os casos que se pesquisam podem encontrar tal pé, porém, na realidade são variações de um modelo “ideal” que se continua procurando (Mackinnon e Petrone, 1999). E ainda que essa pesquisa sobre um esquivo, não encontrável tipo ideal de populismo resulte fútil em aparência, para alguns autores essa é precisamente a direção à qual se devem dirigir os esforços para estudá-lo e compreendê-lo. A essa conclusão chega Anibal Viguera, após analisar as diversas definições e interpretações sobre o populismo nesta parte do mundo, apoiadas em aspectos político-ideológicos do mesmo ou a partir de suas políticas sociais e econômicas (Viguera, 1993).

Embora a bibliografia sobre populismo já preencha bibliotecas inteiras, enquanto que a fraternidade apenas ocupa algumas poucas prateleiras, eis aqui algo em que se parecem: também poderíamos supor a existência de outro sapato denominado fraternidade, para o qual há um pé, no qual serve perfeito, em algum lugar da América Latina. Só que, por agora, poucos são os que o estão buscando. De qualquer forma, não acredito que seja necessário desperdiçar tanto esforço empírico como ocorreu com o caso do populismo, para concluir em pouco tempo que os estudos sobre a fraternidade avançariam muito pouco se simplesmente se lançam à caça do evasivo “tipo ideal” ao longo de toda a história regional. Em vez disso, começaram a delinear-se algumas características particulares do “princípio esquecido”, tais como seu apelo à universalidade e à diversidade ao mesmo tempo, que permitem buscar seu rastro nos sulcos do passado (Barreneche, 2010).

Populismo latino-americano e fraternidade tiveram muita “má fama”. No primeiro caso, vários estudos se encarregaram de enfatizar os numerosos inconvenientes e contrastes que o termo negativamente encarna no plano político, econômico e social. No político: paternalismo e manipulação das massas; liderança autoritária, personalista e messiânico; extremo controle social e supressão de vozes dissidentes; “vacina” antirrevolucionária etc. No econômico e social: estadismo; industrialização deficitária e não competitiva; política econômica inflacionária; aumento enorme do

¹ Professor da Universidad Nacional Del Plata (Argentina).

gasto público; cooptação e manipulação dos setores obreiros e populares; clientelismo; etc. (Germani, 1968 y 1973; Carmagnani, 1980; só para citar dois exemplos conhecidos). Embora é suficiente o que se escreveu e demonstrou para matizar ou diretamente reverter essas generalizações, ainda hoje o termo populismo continua sendo descrito com muitas dessas conotações negativas (Taguieff, 1996).

A respeito do segundo, digamos que antes de ter “má” fama, a fraternidade deveria ter pelo menos “fama”. Ou seja, não se conhece bem o que se quer dizer quando se fala de *fraternidade*. Nos primeiros trabalhos já publicados se fez um grande esforço para marcar enfaticamente que este novo enfoque sobre o tema da fraternidade, como integrante do tríptico nascido da Revolução Francesa de 1789, não pretende monopolizar a originalidade do tema nem vir a “descobrir” o já descoberto (Baggio, 2006). A pouco de acunhado o termo, como conceito político na modernidade junto à liberdade e à igualdade, alguns o entenderam em termos classistas: Fraternidade de todos os obreiros, unidos para lutar pela revolução socialista. Outras organizações como a Massonaria utilizaram amplamente a ideia da fraternidade para consolidar suas comunidades fechadas e orientadas à cooperação e sustentação mútua de seus integrantes. Uma fraternidade paternalista em relação à minoria negra encobriu fortes sentimentos e políticas racistas e discriminatórias nos Estados Unidos prévios às lutas civis da década de 1960. Em nome da fraternidade, o Estado Soviético invadiu a Hungria em 1956 e a Tchecoslováquia em 1968 (Baggio, 2007). Então, a recente proposta apela à universalidade da fraternidade como premissa para recomeçar seu estudo a partir de uma nova perspectiva, ainda que isto resulte problemático em princípio. De seu caráter idealista e “utópico” até sua incoberta pretensão integrista, várias foram as críticas escutadas em torno deste olhar sobre a fraternidade (Baggio, Orrego, Salvat e Vatter, 2007).

Por que vincular fraternidade com populismo? Somente porque são duas “cinderelas” mal compreendidas?

Para além destas coincidências introdutórias, nossos olhares sobre o assunto seriam limitados e não levariam a lugar algum se se voltam para ambos termos somente por isto. Ficou claro, porém, por via das dúvidas, aqui vai novamente: o populismo latino-americano é um fenômeno histórico com projeções e incidências na política contemporânea da região. Compreende uma variedade de temas que abarcam perspectivas muito diversas que não só se referem ao político, econômico e social, mas também se projetam rumo a um horizonte cultural de compreensão. Gera um enorme debate, ainda não liquidado nem em vistas de declinar, na ciência política e nas ciências sociais. Produziu e produz uma considerável bibliografia que também se entrelaça com os estudos sobre populismo em outras partes do mundo.

Frente a tal panorama, a fraternidade não tem ponto de comparação. Nem deseja tê-lo. Na verdade, precisamente porque o tema do populismo é tão importante, ao menos para o caso da América Latina, o estudo da fraternidade pode brindar uma perspectiva diferente ao interceptar esta outra problemática, mostrar outro olhar possível para ajudar a entendê-la. Este é, de fato, o propósito deste ensaio: partir dos estudos existentes sobre populismo latino-americano com uma perspectiva histórica, com projeção contemporânea, para depois introduzir a fraternidade e analisar quais contribuições, se é o caso, pode dar esta a aquele.

Partimos de uma premissa relacionada a uma valoração otimista ou positiva do populismo latino-americano. Isto é, que as experiências passadas e presentes vinculadas a esta forma política, social e econômica na região, desconsiderando suas limitações, dificuldades e contradições, foram contribuições importantes ao desenvolvimento da América Latina. E, em geral, suas práticas favoreceram a inclusão social. Se temos em conta que um dos problemas mais graves da região consiste em suas tremendas desigualdades de todos as espécies, não estamos dizendo pouco com isto.

1. Olhares sobre o populismo latino-americano

A historiografia deste tema e as contribuições de outras ciências sociais levaram, pelo menos, a uma conclusão: o populismo latino-americano não é um produto *patológico* ou o fruto de algum tipo de *anomia disfuncional* a respeito do modo de conceber a política, a economia, etc. Tal anomia procederá, na realidade, de uma perspectiva histórica baseada no processo europeu e norte-americano e em categorias analíticas moldadas nesses contextos. E de ali surge a suspeita, segundo Laclau, que “na desestimação do populismo há muito mais do que a relegação de um conjunto periférico de fenômenos às margens da explicação social (...). O ‘populismo’ sempre esteve vinculado a um excesso perigoso, que questiona os moldes claros de uma comunidade racional” (Laclau, 2009, p. 10).

O que é, então, o populismo? É uma categoria analítica que inclui um arco temporal muito amplo e com localizações diversas? É um fenômeno histórico particular limitado a um tempo e espaço precisos? A estes interrogantes, apresentados na introdução da compilação de Mackinnon e Petrone (1999) e aos que eles mesmos tratam de explicar, podemos responder de forma genérica com Laclau (2009), para quem o populismo é uma forma de construir o político. Claro que nessa generalidade começam a diluir-se muitos dos matizes e diferenças que podem resultar importantes para entender o tema. Assim, este modo “populista” abriga experiências históricas muito diversas, desde o Peronismo na Argentina até a Revolução Cubana.

Centramo-nos, para este ensaio preliminar, no populismo latino-americano como experiência histórica concreta, porém que não é somente algo do passado e sim um fenômeno que chega até nossos dias. E quanto aos critérios de análise que ofereceram ao tema, damos ênfase aos aspectos políticos e econômicos, a partir dos quais se pode depois introduzir a perspectiva da fraternidade. Esta última não se restringe a estas questões, mas sim pode contribuir com a dimensão social e cultural que também caracterizam o populismo da América Latina. Exceptuando-se algumas considerações pontuais, isso último fica para uma ulterior elaboração própria de uma pesquisa em progresso.

Considerado na história latino-americana do século XX, segundo Drake (1982) o populismo tem uma etapa *inicial* que é prévia ao ano 1930, uma *clássica* nas décadas de 1930 e 1940, e uma *tardia* ou *neopopulista*, para os anos noventa do mesmo século. Na etapa inicial, ainda há uma forte influência do modelo hegemônico do liberalismo do qual estas experiências populistas não escapam. Apesar disso, um papel mais ativo do Estado regulando medianamente alguns aspectos da economia e exercendo seu poder arbitral no mundo das relações laborais, junto com uma maior participação dos setores médios na vida política, possibilitam indicar o início de algumas políticas populistas. Exemplos desta etapa são os governos de José Battle e Ordoñez em Uruguai, Hipólito Yrigoyen na Argentina e Arturo Alessandri no Chile (Bethell, 2000).

O populismo clássico começa a partir da crise de 1930 que causa um forte impacto em nível mundial e regional. Esta crise é a do liberalismo e a de um esquema de divisão internacional do trabalho baseado nas exportações de matérias-primas e na importação de produtos elaborados que haviam moldado fortemente a política latino-americana até então. Sem deixar de lado as discussões em curso sobre quão geral pode ser esta última afirmação (recordemos, sem ir muito além, o processo da Revolução Mexicana a partir de 1910), se coincide em que esta é também a crise do poder e da hegemonia oligárquica na América Latina. Não é seu fim, nem seu declínio, ou nada desse estilo, porém isto lhe causa muito impacto. As bases econômicas do poder oligárquico estremeceram e aqueles Estados liberais, que as tinham sustentado, começaram a transformar-se em outra coisa (Ansaldi, 2003).

Entre os novos atores que ocuparam o espaço político latino-americano estavam os militares. Na verdade não eram tão novos, uma vez que tanto os políticos do século XIX em suas disputas como os agentes estatais em seus esforços, necessitaram sempre da força militar para impor suas idéias. De fato, muitos desses líderes políticos, durante o apogeu dos regimes oligárquicos, eram militares. Aconteceu, na realidade, que as forças armadas, como instituições reorganizadas durante essa etapa prévia, passaram de serem atores coadjuvantes a se converterem em protagonistas no novo cenário político aberto em 1930.

A resposta política à crise econômica de 1930 foi uma sucessão de golpes de estado que, salvo exceções como a mexicana, mudaram o mapa institucional latino-americano. Vários setores da sociedade civil, cansados de lutar contra as exclusões estruturais do estado oligárquico, apoiaram com entusiasmo os golpes militares. O discurso nacionalista castrense colocava fim, para muitos, à subordinação escandalosa aos interesses estrangeiros. Já não seria possível um Estado a serviço de alguns poucos (nacionais ou estrangeiros). Não é casualidade, portanto, que nesta etapa de populismo *clássico*, estes regimes tenham sido apoiados ou diretamente liderados por militares.

Esta década marcou uma mudança estrutural do modelo estatal latino-americano. A partir de 1930 nos encontramos com um Estado ativo, que interveio cada vez mais em todos os aspectos da vida cotidiana. Foi um Estado que impôs um controle às importações e implementou uma política fiscal e monetária muito diferente à da etapa anterior. O gasto público começou a expandir-se rapidamente, financiado pela cobrança de novos impostos, mas principalmente pela emissão monetária. As medidas protecionistas se complementaram com o abandono do modelo exportador de matérias-primas e a adoção de políticas de industrialização por substituição de importações (ISI). Primeiro timidamente e logo em forma planejada nasceu o Estado *empresário* que ditava as regras do jogo da economia a todos os setores.

A esta modalidade de gestão estatal que predominou a partir de 1930 se conheceu como “matriz estadocêntrica” caracterizada pela regulação estatal na economia e o novo papel mediador do Estado no plano social (Cavarozzi, 1996). Este novo paradigma estatal, sustentado muitas vezes por regimes políticos de exceção e ditaduras militares, interveio e regulou a política de distribuição de ingressos, as relações laborais, adotou políticas protecionistas e de créditos e subsídios a diversos setores econômicos. Seu correlato político em vários países latino-americanos foram os regimes populistas em sua etapa clássica, mas que com essa perspectiva se estende até os anos setenta quando a “matriz” entra em crise. Neste sentido, as etapas clássica e tardia do populismo que havia formulado Drake, são na verdade parte do mesmo.

Durante essas décadas, diversos países (não somente latino-americanos) recorreram ao Estado para impulsionar políticas de desenvolvimento, econômicas e sociais. Este era um Estado em expansão cujas agências e agentes foram ocupando os espaços políticos e econômicos em crise a partir de 1930. Estes modelos de intervenção estatal estiveram acompanhados por experiências mais ou menos autoritárias em distintas latitudes. No entanto, associar automaticamente a experiência do *Estado benfeitor* com os governos de exceção na região, é um erro. Muitas dessas experiências se levaram a cabo em contextos históricos de respeito à ordem constitucional. O que sim ocorreu é que aqueles interesses econômicos que haviam tido o Estado como aliado incondicional para canalizar seus requerimentos tiveram que utilizar outros meios de pressão a partir da década de 1930 para fazer prevalecer suas conveniências (Bulmer-Thomas; Thorp, 1997).

Estes novos modelos de Estados latino-americanos, e a incorporação de outros atores à vida política, potencializaram os conflitos não-resolvidos na história regional ao tentar diminuir os níveis de exclusão herdados. Deste modo, as recorrentes crises institucionais conduziram a maioria dos países latino-americanos por um difícil caminho de saídas políticas nas quais não faltaram os golpes de estado. Foram as décadas do chamado “pêndulo cívico-militar” no qual por alguns anos

pareciam primar os valores democráticos somente para abrir espaço em seguida, ante novas dificuldades, a uma nova série de governos militares e regimes de exceção. Obviamente estas rupturas na vida institucional de tais países prejudicaram a continuidade das políticas estatais, qualquer que fosse a orientação destas. Não escaparam a essas dificuldades aqueles governos populistas representativos desta etapa: Juan Domingo Perón na Argentina e Getúlio Vargas no Brasil, entre outros (Groppo, 2009; Meyer y Reyna, 1989).

Caracterizaram-se os governos populistas dos anos trinta e cuarenta como sistemas políticos e econômicos de transição que buscaram incorporar as classes populares à ordem política e social, por meio da ação voluntária do Estado. Deriva daí seu caráter “inclusivo”. Por um lado mobilizaram e deram protagonismo às classes sociais que eram consideradas perigosas e objeto de repressão durante as décadas dos regimes oligárquicos. Por outro lado não produziram uma mudança estrutural no modelo de dominação que prevalecia nessa etapa anterior. Apesar de sua oposição às classes privilegiadas, os líderes populistas não as substituíram nem destruíram as bases de seu poder (Vilas, 1988; Knight, 1998).

Precisamente sobre este tema centrou-se muito do debate sobre o populismo latino-americano. Ainda que não se possa falar da emergência de uma aliança de classes ao estilo europeu, do mesmo modo isso não permite que se fale de um “vazio” que foi “preenchido” pelo populismo. Isto é, que nessa etapa clássica do populismo os setores populares e suas organizações estavam de certa forma “soltos” à espera de ser “cooptados” por líderes que soubessem interpretá-los em suas demandas e aspirações. Se algo ofereceram os trabalhos empíricos e estudos de caso sobre este assunto, é que a conformação dessas alianças populistas resultou muito complexa, e que as diversas organizações sindicais e políticas intermediárias não aderiram nem simples nem rapidamente ao que lhes era proposto. É possível concluir, em alguns casos de estudo, que as organizações sindicais e os setores populares perderam autonomia e eventualmente ficaram subordinados ao Estado populista, mas isto aconteceu em um momento de maturidade e não formativo destas alianças (Zapata, 1993; Del Campo, 2005).

Então é necessário continuar aprofundando o estudo destes casos, não só em sua consolidação, que permite tirar conclusões e extrair características “tipológicas” do populismo, mas também em sua etapa de surgimento, povoada de encontros, alianças, intercâmbio de ideias políticas, e sobre o qual a disciplina histórica tem algo com que contribuir. E justamente porque deixamos para trás a ideia do populismo como uma “anomalia” frente a categorias de análise baseadas em outros parâmetros alheios a ele, não deveria ser um freio ou barreira intransponível seu caráter “ambíguo” a partir de múltiplas abordagens. É aqui, neste ponto, onde veremos que a perspectiva da fraternidade pode dar sua contribuição a este tema, na medida em que não se lança à caça de “contradições”, mas sim dos fundamentos, atores e destinatários concretos dessas políticas.

Portanto, a matriz de desenvolvimento estado-cêntrica se esgotou na década de 1980. Não foi o ocaso das experiências autoritárias e de governos de exceção na América Latina o que apressou seu fim. Foi a crise da dívida externa em 1982. Esse ano, depois de se endividar significativamente, o México comunicou ao mundo que não podia continuar cumprindo seus compromissos externos. Outros países latino-americanos logo seguiram seus passos. Enquanto isso, uma combinação de novas ideias econômicas predominantes e o surgimento de outra ordem internacional após a Guerra Fria se uniram para proclamar ao mundo que a nivelção das contas fiscais dos países latino-americanos, o pagamento de seus compromissos externos, e uma nova plataforma para seu crescimento econômico, jamais se realizariam se os Estados da região continuassem com suas políticas intervencionistas, expansivas e “asfixiantes” da iniciativa privada. Criaram-se assim as condições, primeiramente ideológicas e depois políticas, para o lento, porém firme, predomínio do paradigma neoliberal que reinou durante a década de 1990 (Viguera, 2000).

Ao mesmo tempo, surgem alguns processos políticos associados à fase tardia do populismo, também chamada neopopulismo. Isto resulta da emergência de novas lideranças nos anos noventa, com certo apoio social, que levam adiante as reformas fundamentalmente econômicas do neoliberalismo. As fronteiras difusas entre Estado, política e sociedade civil, características do estilo *movimentista* e não tanto político-partidário dos populismos latino-americanos, sem dúvida colaborou com esse fim. Os casos de Carlos Salinas de Gortari no México, Alberto Fujimori no Peru e Carlos Saúl Menem na Argentina são os mais conhecidos.

Com a crise do modelo neoliberal nos começos do século XXI, surgem outras alianças políticas e novos governos que, em muitos países latino-americanos, voltam a atualizar o debate sobre o populismo. Em princípio, juntamente à reativação do papel do Estado nesses processos, emerge novamente um tipo de lideranças regionais e uma coalisão política nos quais se reconhecem alguns dos traços descritos anteriormente. E se não fosse porque se ultrapassa a periodização de Drake, teríamos que denominá-lo *pós-neopopulismo* ou algo parecido.

Porém, para além da caracterização da etapa atual e seu perfil, traços e/ou medidas populistas, o certo é que este modo de conceber a política e de praticá-la no cenário latino-americano, não perdeu sua vigência. Neste sentido, o populismo não é só um fenômeno do passado, mas sim que tem um legado e uma incidência contemporânea. Por isso, a partir de uma visão histórica, e aprofundando seu estudo, pode-se contribuir muito. Uma possibilidade, neste sentido, é fazê-lo através da fraternidade como categoria política sobre o tema.

2. Perspectiva fraternal sobre o populismo latino-americano

Dado o caráter exploratório deste ensaio como parte de uma pesquisa em curso, é apropriado delinear aqui quais seriam alguns dos aspectos que permitem estudar o populismo a partir da perspectiva da fraternidade. Em primeiro lugar o papel do Estado como ferramenta de transformação política, social, econômica e cultural é fundamental para o populismo. Foi assim em sua presença crescente durante os governos da etapa clássica. Seu dismantelamento esteve no centro da estratégia política neopopulista. E volta a ser um instrumento para reforçar neste tempo presente. Então, o caráter socialmente inclusivo do populismo latino-americano, impulsionado a partir do Estado, pôde e agora também pode tornar-se um estreitamento do pluralismo. Pluralismo que é essencial à democracia, porém que na variante liberal desta última não se consolidou historicamente. O populismo atuou como catalisador e precipitante desse pluralismo, ainda que o domínio posterior do Estado em parte o afogasse.

É por isso que a fraternidade, combinando a inclusão social com o respeito pela diversidade como fundamento das políticas públicas, pode servir de critério de balanço diante do avanço excessivo do Estado populista. E se a inclusão das pessoas menos favorecidas pelo sistema econômico e político se formula com uma lógica vertical a partir das agências estatais populistas vinculadas ao desenvolvimento e à igualdade social, a horizontalidade de tais programas e práticas que propõe a perspectiva da fraternidade serve para dimensionar equilibradamente essa intervenção (Ropelato, 2006; Pizzolato, 2007).

Um exemplo histórico, neste sentido, pode ser a política distributiva do peronismo durante os primeiros anos desse governo. A inclusão social gerada durante aquele tempo ainda não exigia, como contrapartida, a adesão incondicional ao governo como ocorreria depois. Nesse período inicial, que se vai conhecendo melhor graças a estudos recentes, havia uma pluralidade de vozes que indicavam onde se encontravam as necessidades mais urgentes e em direção a elas se dirigia a ajuda (Campione, 2003). Portanto, mesmo nos governos populistas mais emblemáticos, como no de Juan Perón dos anos quarenta e cinquenta, houve matizes nas políticas sociais que se aproximaram ao critério da fraternidade, ainda que depois prevalecesse em maior grau o

clientelismo (Girbal, 2003). É, precisamente, neste último onde a fraternidade pode ajudar a não cair.

Outro aspecto central do populismo histórico latino-americano foi a lógica dicotômica do seu discurso, uma divisão antagônica do campo social: de um lado a oligarquia e de outro o *povo* (Laclau, 2009, p. 110). Indo além da discussão e do debate que gera este último termo, tal divisão discursiva taxativa tem muitos matizes e pontos de comunicação nos acontecimentos (Sigal y Verón, 2003). Por isso, à medida em que as demandas são satisfeitas, a readequação das bases do discurso político fundacional ganha espaço, permitindo a entrada de outros termos referenciais de *unidade* superadora dessas divisões. Eis aqui uma diferença com a perspectiva da fraternidade, cuja colocação em prática pretende chegar a essa instância sem tais supressões. No entanto, o ponto de partida é semelhante, visto que, como no populismo, não pretende um conflito perene de classes nem setores como instrumento para a mudança social.

A aplicação de critérios fraternais na política populista pode ajudar a esta a escapar da lógica “amigo-inimigo” que não está dogmaticamente presente em seu enunciado clássico nem é uma condição indispensável para que o *povo*, mesmo o mais oprimido, possa ter acesso à liberdade e à igualdade de direitos e de satisfação de suas necessidades básicas. Por exemplo, a Revolução Mexicana de 1910 teve como inimigo principal a classe terratenente e latifundiária. Então a Constituição de 1917 levantou a necessidade de uma reforma agrária. Prevaleceu neste tempo, como no de qualquer contenda bélica ou guerra civil, a ideia do inimigo (neste caso os terratenentes) e muitos deles foram fuzilados e suas terras repartidas. No entanto, passado o conflito, quem repartiu a maior quantidade de terras entre os camponeses e comunidades indígenas do México, efetivando tal reforma agrária, foi o presidente populista Lázaro Cárdenas (1934-1940). Esta reforma já não implicou a eliminação física dos antigos proprietários dessas terras nem sua expropriação total. Claro que a mesma não se fez em um clima “amigável”, mas também não despojou totalmente aqueles proprietários prévios que exploravam suas terras dando trabalho e contribuindo ao desenvolvimento local. O foco esteve em que esses beneficiados pelas políticas oficiais anteriores à Revolução, e ainda durante a mesma, haviam capitalizado em seu proveito a posse de enormes extensões de terra que não se exploravam totalmente, e sempre à custa de seus antigos moradores e habitantes que usufruíam delas (Gilly, 2001). Mesmo se este é um tema que se deve continuar estudando profundamente, pode ser visto como um indício de que as políticas populistas podem aplicar um critério fraternal mesmo para levar adiante as medidas mais radicais de sua agenda de governo. Ambas coisas não são incompatíveis.

Em sua abordagem e busca de alianças, o populismo pode se valer da perspectiva da fraternidade para conseguir consensos e definir políticas de Estado. A própria evolução do pensamento político dos líderes históricos do populismo latino-americano dá uma pista sobre isso. Neste sentido, o exemplo mais claro é o de Juan Perón. Simplesmente porque enquanto Lázaro Cárdenas entregou o poder no México, em 1940, para não voltar a exercê-lo, e Getúlio Vargas no Brasil terminou suicidando-se em 1954, frustrado pelas disputas não resolvidas durante seus anos de governo, Perón teve a oportunidade de regressar ao poder em 1973, falecendo no exercício da presidência da Argentina no ano seguinte. Os chamados à unidade nacional e a busca de consensos e entendimentos, mesmo em momentos tão difíceis para a Argentina de começos dos anos setenta, foram uma característica do já ancião líder (Perón, 1974). De que Perón falamos? Do dos anos cinquenta ou este dos setenta? Temos aqui um exemplo histórico de como a evolução do pensamento populista latino-americano se encaminhava rumo à superação dos conflitos e diferenças irreconciliáveis dos atores políticos, sociais e econômicos. A fraternidade, neste sentido, pode ser mais um critério entre outros para confirmar este itinerário.

O populismo é, em parte, idiossincrático. Sua ambiguidade, que tanto incomoda os dogmáticos e que lhe valeu suas piores críticas, é talvez uma de suas ferramentas políticas mais

versáteis. Os líderes populistas históricos na América Latina ressaltaram a dimensão universal e local de seu pensamento político. Da primeira extraíram aquelas ideias que lhes pareceram apropriadas para o momento em que lhes correspondia atuar, e adaptaram-nas para aplicá-las à segunda. Entretanto, no sentido inverso, as experiências locais também propiciaram algumas questões gerais que informaram sua doutrina (o exemplo do Brasil em Levine, 1998). A dinâmica da fraternidade política é muito semelhante a isto, na medida em que interage entre o global e o local, entre a teoria e a prática. Por isso, esta última pode enfatizar as diferenças regionais e o federalismo político sem cair em excessivos localismos. Deste modo, a fraternidade balanceia a tendência centralizadora própria do populismo, a quem, por sua vez, ela não é estranha como princípio e como prática política.

Finalmente, e sem pretender esgotar este tema, a fraternidade coloca e vê em pé de igualdade todas as nações latino-americanas. E se na agenda populista figura sempre a integração regional como caminho e como meta, logo aparecem as diferenças de peso econômico e político ocasional entre os distintos países (Rapoport e Cervo, 2002). Por outro lado, o critério fraternal de igualdade, permite o equilíbrio e a consideração de que não existem “sócios menores” nesse cenário internacional (Buonomo, 2006). E ainda que pareça que a economia o absorve completamente, marcando em seu nome as diferenças entre os países do MERCOSUL, por exemplo, há de se ver os esforços de integração no plano educativo e cultural desse organismo para descobrir critérios fraternais como o indicado. Vários dos líderes considerados como populistas na região o sustentaram desta forma, procurando o equilíbrio entre todos os membros no que diz respeito à política de intercâmbio acadêmico e científico, para citar um exemplo (Marcionni, 2004).

3. Algumas considerações finais

O populismo latino-americano tem sua história e seu legado na atualidade. Seria parte de uma outra discussão, que sem dúvidas pode se dar, comentar sobre quais os países da região aplicam políticas *populistas* e quais não. As opiniões e os casos podem variar significativamente como são variados os critérios utilizados para tentar definir o que se entende por populismo. A mesma dificuldade enfrentamos se queremos encontrar onde sim e onde não há traços ou elementos vinculados à perspectiva da fraternidade entendida em sentido político. Voltaríamos a ter os dois sapatos, um em cada mão, procurando exaustivamente os pés nos quais calçam de forma perfeita.

Em lugar disso, e com os fins exploratórios de uma pesquisa que se deve aprofundar em diversos aspectos, interessou-nos marcar que o que chamamos de populismo latino-americano tem uma projeção no tempo presente. Como tal, essa presença se evidencia não somente na forma de conceber e atuar a política, mas também nas ações de governo onde se encarna. Partindo dessa constatação e longe de vislumbrá-la como um obstáculo para a democracia e outras afirmações nesse sentido, pensamos que deve ser capitalizada em benefício de políticas públicas com sensibilidade social que ajudem a resolver os problemas concretos dos setores menos favorecidos pela ordem política e econômica vigente.

Sem ignorar as contradições e limitações que tal tarefa representa, pensamos que a perspectiva da fraternidade, entendida em sua dimensão política concreta e não somente ideal, pode contribuir a encontrar novos caminhos e equilíbrios naquelas políticas populistas que se apliquem ou que se estejam aplicando em diversos casos e países da região. Para isto, nos valem, em princípio, do estudo específico da história desta forma política que se encarnou em governos e líderes concretos, ao longo do século vinte na América Latina. No desenvolvimento da história das ideias políticas da região em geral e do populismo em particular, podemos encontrar uma chave –

em diálogo com a perspectiva da fraternidade política – para entender melhor o percurso de cada uma delas e seu impacto no tempo presente.

BIBLIOGRAFIA

ANSALDI, Waldo, ed. 2003. *Tierra en llamas. América Latina en los años 1930*. La Plata, Ediciones Al Margen.

BAGGIO, Antonio María, comp. 2006. *El principio olvidado: la fraternidad. En la política y el derecho*. Buenos Aires, editorial Ciudad Nueva.

BAGGIO, Antonio María (comp.) 2009, *La fraternidad en perspectiva política. Exigencias, recursos, definiciones del principio olvidado*. Buenos Aires, editorial Ciudad Nueva.

BAGGIO, Antonio María, ORREGO, Cristóbal, SALVAT, Pablo, y VATTER, Miguel E, 2007. "Seminario 'Libertad, igualdad, ¿fraternidad?'". *Revista de Ciencia Política*, 27:1, Pontificia Universidad Católica de Chile, Santiago de Chile, pp. 133-157.

BARRENECHE, Osvaldo, 2010. "L'idea di fraternità nel Congresso di Panamá del 1826 e i tentativi di integrazione politica dell'America Latina dopo la sua indipendenza." *Nuova Umanità. Revista Bimestrale di Cultura*. V. XXXII, gennaio-febbraio, 187, pp.101-129.

BETHELL, Leslie, ed. 2000. *Historia de América Latina. América del Sur, c.1870-1930*. Barcelona, Editorial Crítica, Volumen 10 (Capítulos de Juan A. Oddone sobre Uruguay, Harold Blakemore sobre Chile y David Rock sobre Argentina).

BULMER-THOMAS, Víctor, 1997. "Las economías latinoamericanas, 1929-1939". En: HALPERIN DONGHI, Tulio y otros. *Historia económica de América Latina desde la independencia hasta nuestros días*. Barcelona, Editorial Crítica, pp. 243-286

BUONOMO, Vincenzo, 2006. "Alla ricerca della fraternità nel diritto della comunità internazionale". En: *Relazionalità nel diritto: quale spazio per la fraternità?. Atti del Convegno. Castelgandolfo, 18-20 novembre 2005*, CeD ediciones, pp. 77-98.

CAMPIONE, Daniel, 2003. *Prolegómenos del Peronismo. Los cambios en el Estado Nacional, 1943-1946*. Rosario, Fisyp - Manuel Suárez editor.

CARMAGNANI, Marcello, 1980. *Estado y sociedad en América Latina, 1850-1930*. Barcelona, editorial Grijalbo.

CAVAROZZI, Marcelo, 1996. *El capitalismo político tardío y su crisis en América Latina*. Rosario, ediciones Homo Sapiens.

DEL CAMPO, Hugo, 2005. *Sindicalismo y peronismo. Los comienzos de un vínculo perdurable*. Buenos Aires, editorial Siglo XXI.

DRAKE, Paul, 1982, "Conclusion: Requiem for Populism?" En: CONNIF, Michael (ed.), *Latin American Populism in Comparative Perspective*. Albuquerque: University of New Mexico Press.

GERMANI, Gino, 1968. *Política y sociedad en una época de transición*. Buenos Aires, Paidós.

GILLY, Adolfo, 2001. *El Cardenismo. Una utopía mexicana*. México, ediciones Era.

GIRBAL - BLACHA, Noemí, 2003. *Mitos, paradojas y realidades en la Argentina peronista (1946-1955). Una interpretación histórica de sus decisiones político-económicas*. Bernal, Editorial de la Universidad Nacional de Quilmes.

GROPPO, Alejandro, 2009. *Los dos príncipes: Juan D. Perón y Getulio Vargas. Un estudio comparado del populismo latinoamericano*. Córdoba, Eduvim ediciones.

KNIGHT, Alan, 1998. "Populism and neo-populism in Latin America, especially Mexico". En: *Journal of Latin American Studies*, volumen 30, número 2, pp. 223-248.

LACLAU, Ernesto, 2009. *La razón populista*. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica.

LEVINE, Robert, 1998. *Father of the Poor? Vargas and his Era*. Cambridge, Cambridge University Press.

MACKINNON, Moira y PETRONE, Mario Alberto, eds., (1999). *Populismo y neopopulismo en América Latina. El problema de la cenicienta*, Buenos Aires, Eudeba.

MARCIONNI, Nelson Daniel, 2004. *El intercambio universitario en América Latina (1865-2001). Instrumentos jurídicos internacionales en la construcción de la integración cultural en el Sector Educativo del MERCOSUR*. Córdoba: Editorial de la Universidad Católica de Córdoba.

MEYER, Lorenzo y REYNA, José Luis, eds., 1989. *Los Sistemas Políticos en América Latina*, México, Siglo XXI.

MURILO DE CARVALHO, José, 1995. *Desenvolvimento de la ciudadanía en Brasil*. México, FCE.

PERON, Juan Domingo, 1974. *Juan D. Perón 1973-1974. Todos sus discursos, mensajes y conferencias completos*. Buenos Aires, Editorial de la Reconstrucción, 1974.

PIZZOLATO, Filippo, 2007, "Dal personalismo alla fraternità: fondamenti e condizioni per una solidarietà pubblica", En: MARZANATI, Anna y MATTIONI, Angelo, eds. *La fraternità come principio del diritto pubblico*. Roma, Città Nuova Editrice, pp. 45-60.

RAPOPORT, Mario y CERVO, Amado Luiz, 2002. *El cono sur. Una historia en común*. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica.

ROPELATO, Daniela, 2006. "Notas sobre participación y fraternidad". En: BAGGIO, Antonio María, comp. *El principio olvidado: la fraternidad. En la política y el derecho*. Buenos Aires, editorial Ciudad Nueva, pp. 179-205.

SIGAL, Silvia y VERON, Eliseo, 2003. *Perón o muerte. Los fundamentos discursivos del fenómeno peronista*. Buenos Aires, ediciones EUDEBA.

TAGUIEFF, Pierre-André (1996), "Las ciencias políticas frente al populismo: de un espejismo conceptual a un problema real". En: ADLER, F. y otros. *Populismo posmoderno*. Quilmes: Editorial de la Universidad de Quilmes, pp. 29-79.

TERAN, Oscar. coord., 2004. *Ideas en el siglo. Intelectuales y cultura en el siglo XX latinoamericano*. Buenos Aires, Siglo Veintiuno Editores.

THORP, Rosemary, 1997. "Las economías latinoamericanas, 1939c-1950". En: HALPERIN DONGHI, Tulio y otros. *Historia económica de América Latina desde la independencia hasta nuestros días*. Barcelona, Editorial Crítica, pp. 287-322.

VIGUERA, Aníbal, 1993. "Populismo y neopopulismo en América Latina". *Revista Mexicana de Sociología*, 3/93.

VIGUERA, Aníbal, 2000. *La trama política de la apertura económica en la Argentina (1987-1996)*. La Plata, Ediciones al Margen.

VILAS, Carlos, 1988. "El populismo latinoamericano: un enfoque estructural". En: *Desarrollo Económico. Revista de Ciencias Sociales*, volumen 28, número 111, octubre-diciembre 1988, pp.323351.

ZAPATA, Francisco, 1993. *Autonomía y subordinación en el sindicalismo latinoamericano*. México, Fondo de Cultura Económica.